

Atualidade da Revolução e Poder Popular

Aldo Casas*

[Tradução: María Gabriela Guillén Carías]

Resumo: O presente texto faz uma reflexão sobre a atualidade histórica da revolução e a construção do poder popular, discutindo a emancipação social e a transformação radical da sociedade, através da prática revolucionária.

Palavras-chave: Revolução; emancipação social; poder popular.



A questão do poder? O que importa é poder fazer a revolução

A questão do poder admite uma quantidade quase infinita de abordagens e tratamentos. Desde quem considera impensável uma sociedade sem capital, poder e Estado, até os que supõem possível sua abolição imediata existe tamanho leque de posições políticas

teóricas que nos impõe uma restrição ou precisão liminar. Começarei então por aclarar que, no que segue, me ocupo do tema com uma preocupação quase excludente: o que aqui me interessa do poder é, sinteticamente, relacionar a questão das lutas em contra do poder capitalista – que impõe e custodia a ordem estabelecida – com a construção

de um poder muito diferente: o *poder fazer a revolução*.

Dito de outra maneira, quero aportar a uma discussão que estimo realmente inadiável, um debate coletivo (teórico, político, prático) que desde nossas particulares condições de oprimidos, explorados e expropriados, se desenvolva em duas direções distintas e ao mesmo tempo complementarias: onde e como enfrentar o velho poder, onde e como construir nosso poder.

A primeira dessas direções aponta a descobrir e entender que o poder capitalista tem múltiplas dimensões e formas de operar. Existe o muito visível poder do Estado patronal, com seus aparelhos legislativo, jurídico e repressivo, desde já. Mas existem outras muitas e efetivas modalidades de poder que recorrem e modelam a sociedade antagonica na qual vivemos: o poder estrutural que organiza e distribui territorialmente o trabalho social, o poder organizacional que flui a través do manejo de recursos e recompensas, o poder implícito no manejo do “significado” e os valores que informam a vida social, e inclusive a chamada “microfísica do poder” que penetra e disciplina mentes e corpos. Esta sumaria enumeração no tem outra pretensão que insistir na utilidade de investigar em toda sua complexidade o poder do capital, para descobrir e explorar seus “pontos fracos”. A segunda direção da nossa pesquisa – e acho que é na realidade a mais urgente – deveria nos permitir um frutífero intercambio de opiniões e experiências surgidas desde o seio mesmo das resistências e lutas, desde abaixo, apontando neste caso a fecundar nosso combate e esforços com a capacidade de imaginar e começar a construir um poder autônomo, subversivo e emancipador. Devemos aprender a *construir poder popular* (ou

operário-popular) para *poder fazer a revolução*. No entanto, que classe de revolução?

Revolução como emancipação

Dado que a palavra “revolução” se utiliza com alcances e sentidos muito distintos, quero aclarar – para evitar equívocos – que aqui não falo em revolução no sentido limitado de mudança de governo ou regime político burguês por outro governo o regime edificado sobre uma similar base socioeconômica.

Também não considero acertado pensar a revolução como “o acontecimento” mais ou menos violento no qual “os de baixo” conseguem, eventualmente, neutralizar e/ou destruir o aparelho estatal repressor dos exploradores.

Quando falo em construir o poder de fazer a revolução, refiro-me à *revolução social* (ou socialista ou comunista, se se prefere), considerando que constitui um *processo* de longo fôlego e alcance internacional, um processo de radical transformação social no decurso do qual crises, revoluções políticas vitoriosas e inclusive “expropriação dos expropriadores” em determinados momentos e países, deverão ser considerados passos “necessários, mas limitados e parciais, na *transição para uma nova sociedade emancipada*”. Mesmo quando restringimos a análise e nos referimos à revolução em um determinado país (e, *a fortiori*, em toda uma região do mundo, como América Latina), as simplificações são prejudiciais. Como aconselha um estudioso do tema, para se aproximar de qualquer revolução seria aconselhável fazê-lo de tal forma “que permitisse cavalgar suas longas ondas e não ser surdo a suas múltiplas vozes e dialetos”, tendo em conta que toda revolução é “parte de um tecido histórico mais

amplo e com múltiplos fios”, e que cada caso, constitui “um processo gerado historicamente e de grande complexidade cultural”¹.

Em suma: com as ressalvas e alertas já mencionadas, insisto sobre a pertinência de falar de revolução, com um sentido geral muito preciso: considero que a revolução de nossos tempos *é a emancipação dos oprimidos*, ou deixa de ser. Revolução é, portanto, se envolver em uma transformação *total*: a criação de *uma nova sociedade*².

Porque o mundo do capitalismo nos expropria e desvaloriza tendendo a nos converter em nada, temos de mudar *tudo*, e ninguém pode fazer isso por nós. Como Marx e Engels defenderam desde 1840, e a Associação Internacional dos Trabalhadores o inscreveu nos seus estatutos, na aurora do movimento: “a emancipação da classe operária deve ser obra da própria classe trabalhadora”. Mas isso nos apresenta um desafio à primeira vista quase intransponível: devemos gerar maciçamente a consciência que esta mudança é necessária, ao mesmo tempo que realizamos esta mudança... Marx se referiu a isto de forma eloquente e enigmática, quando ele escreveu: “é necessária uma transformação em massa dos homens, que só pode ser alcançada através de um movimento prático, por meio de uma *revolução*; e que, portanto, a revolução não só é necessária porque a *classe dominante* não pode ser derrubada de outra forma, mas também porque só através de uma revolução conseguirá a classe *que derruba* sair da lama em que está afundada e se tornar

capaz de fundar a sociedade sobre novas bases³.

Transformação social, a luta política e a prática revolucionária.

Um dos méritos de Marx foi que, reconhecendo e privilegiando a “alma social” da revolução proletária, advertiu que para contribuir para o desenvolvimento desta revolução social era preciso assumir também a necessidade das revoluções políticas (e da luta política em geral). Penso que esta abordagem ainda é fértil, e permite evitar cair na “ilusão social” que despreza questões políticas, sem recair na “ilusão política” tão extensa e geradora de confusão no coração das organizações de esquerda.

Assumir a luta política, sim: mas é preciso fazê-la sem deixar de lado uma crítica substancial da mesma e evitando a todo momento identificá-la com a política institucional e sua retórica eleitoral parlamentar (que esconde e perpetua o antagonismo de classe), nós sujeitando às suas regras e ritmos. Para mudar a sociedade, não poderíamos ignorar o poder e a política de Estado (para enfrentá-los, é claro, mas também para fazer exigências). Ao mesmo tempo, não devemos ajustar a nossa política aos limites e normas que “os de cima” pretendem nos impor, como se constituíssem um mandato divino ou a ordem natural das coisas. Uma política própria “de os de baixo” não pode deixar de formular reivindicações e, eventualmente, pode até tirar proveito de qualquer mediação institucional, mas basicamente deve ser construída de forma a permitir-lhe agir *apesar de ir contra de* esse Estado do capital...

¹ Indicações metodológicas tomadas de Gilbert M. Joseph-Daniel Nugent (compiladores): *Los aspectos cotidianos de la formación del Estado*, México D.F., ERA, 2002, págs. 14 y 33.

² Ver Marx, *Miseria de la Filosofía*, Buenos Aires, Editorial Cartago, 1987, pág. 137.

³ Carlos Marx y Federico Engels, *La ideología alemana*, Buenos Aires, Ediciones Pueblos Unidos, 1975, pág. 82.

Estas considerações teóricas assumem em nossos dias renovados conteúdos e utilidade prática, uma vez que na América Latina está se produzindo uma confusa, mas vital irrupção das classes subalternas, estimulando os movimentos e práticas sociais com uma potência, que além das ambigüidades e contradições, contrasta com a continuada e repetitiva decomposição das políticas "institucionais" (servem como exemplo os debates dos partidos de "esquerda" e "centro-esquerda" do chamado Fórum de São Paulo, ou da orientação do governo de Luiz Ignácio Lula da Silva, Tabaré Vázquez ou Michelle Bachelet ...) Mesmo com hesitações e ziguezagues, são muitos os movimentos sociais, que colidindo com as políticas repressivas ou clientelistas do poder estabelecido, advertem que "a política está em outra parte" buscam articular uma "outra política" e exploram formas de democracia direta através das quais indivíduos de comunidades concretas deliberam e resolvem de maneira coletiva questões relativas a sua vida quotidiana e existência material.

Não idealizo as diversas experiências e construções dos movimentos populares da América Latina, como costumam fazer algumas vertentes do "autonomismo", pois é evidente que em nenhum caso conseguiram "soluções" duradouras e por trás de qualquer conquista parcial, os problemas da exploração e opressão urgem como sempre. Assumo e reivindico estes movimentos e lutas por algo muito simples (mas que muitos esquerdistas dogmáticos e sectários não conseguem entender): os movimentos sociais não resolveram os problemas fundamentais, *mas começaram a mudar o terreno e os termos* em que tais problemas surgem. Sua grande importância reside no fato de constituírem genuínas *aproximações*

a uma prática revolucionária, e nesse preciso sentido podemos desenvolvê-las, lembrando esta preciosa indicação de Marx: "A coincidência da mudança das circunstâncias e da atividade humana ou auto-mudança só pode ser entendida e racionalmente compreendida como *prática revolucionária*"⁴.

A chave é compreender e assumir a prática revolucionária. Significa que todas as lutas são imprescindíveis e importantes, mas por si só não indicam um caminho, não destroem o fetichismo e as representações socialmente aceitas sob as quais (mal)vivemos. Mesmo os momentos de grandes convulsões e crises da ordem estabelecida asseguram a passagem a novas práticas e a outra visão da sociedade e do mundo, porque estas construções sociais não caem do céu, nem de algum lema inspirador, requerem uma determinada *preparação* revolucionária, que — bom seria esclarecer — não virá "de fora". Como escreveu um intelectual revolucionário, recentemente desaparecido: "As ações coletivas devem ser, permanentemente transformadoras das relações nas quais estão inseridos os grupos sociais e os indivíduos explorados. As ações coletivas, mesmo quando são defensivas, não devem se limitar ao imediato, mas pôr em marcha processos que visam a alterar profundamente os posicionamentos de uns e outros", e

⁴ A citação corresponde à terceira das "Teses sobre Feuerbach", de Carlos Marx. Georges Labica salienta a importância da palavra "auto-mudança" [*Selbstveränderung*], omitida na versão corrigida por Engels, e explica: "A mudança é auto-mudança. A *prática revolucionária* o evidencia, porque é sua realização [...] A auto transformação é o processo ininterrupto da revolução, sempre operativo na prática [...] Aqui está a origem da ideia da *auto-emancipação do proletariado*." (en: Karl Marx. *Les Thèses sur Feuerbach*, Paris, PUF, 1987, págs. 55-65).

exige também “uma luta contra a fragmentação dos pontos de vista destacando seus enlaces, uma luta pela totalização de experiências dispersas, contra as separações fetichistas entre política e economia ou vida privada e vida pública. E tudo isso deve ser claramente dirigido contra a vida que não vive, contra a vida que não se vive senão esquecendo-a, e retomando o tema de mudar a vida através da mudança das práticas e através da transformação dos indivíduos e suas relações”⁵.

Ir além do capital

Se queremos fazer a revolução, devemos ser capazes de impulsionar uma prática revolucionária, mesmo sob relações de força desfavoráveis, para tal nos ajuda a manter em todo momento presente a perspectiva histórica explicitada por Marx. O *capitalismo* como sistema formado historicamente (e o sistema do *metabolismo social do capital*, em outro nível de análise) se baseiam em uma espécie de tripé, cujos pilares constitutivos são *o capital*, *o trabalho assalariado*, e *o Estado*. Como bem escreveu o sociólogo militante brasileiro Ricardo Antunes, não apenas a teoria, mas a experiência histórica, que deixa o desaparecimento da URSS indicam que o multiforme inimigo contra o qual se levantam nossos povos “não pode ser superado sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreendem este sistema. Não basta eliminar um ou dois dos seus pólos. O desafio é superar os três elementos, entre os quais se inclui a divisão social hierárquica do trabalho, que subordina *o trabalho ao capital*”⁶.

Dito de outra forma, e com as concisas palavras de um filósofo cubano, “o desafio do socialismo é ir além da lógica do capital, superar o que chamamos sistema múltiplo de dominação do capital”⁷.

E para isso, para ajudar a construir de baixo para cima uma *alternativa política que vai além do capital*, devemos evitar as formas de organização e ação, que mesmo involuntariamente, tornam a nós deixar presos nos marcos da velha política, com suas práticas e instituições. Formular *outra política* começa por advertir que (para além das formas díspares e conteúdos que assume em cada um dos nossos países), existe uma profunda “crise da política”. É *uma crise de legitimidade articulada com a crise estrutural do capitalismo como modo de reprodução metabólica social que envolve também a crise dos seus marcos estatais de regulação e controle*. Como resultante mais ou menos imprevista desta crise estrutural, da descomunal ofensiva na qual o capital está determinado a partir da “revolução conservadora” da década de 80 e das resistências que a mesma impulsiona, presenciamos uma mudança histórica nas condições do antagonismo entre capital e trabalho, e que alguns chamam de *crise civilizatória*. Na América Latina, isto se sente com particular agudeza, e isto empurra de maneira urgente e concreta a que explorados e oprimidos busquem novas e diferentes formas de reivindicar seus interesses vitais. De fato, pela primeira vez na história se revela impossível manter um muro entre *as reivindicações imediatas e objetivos estratégicos*

⁵ Jean-Marie Vincent, *Revista Viento Sur* Nº 78, diciembre 2004, www.vientosur.info.

⁶ Ricardo Antunes: *Los sentidos del trabajo*, Buenos Aires, Herramienta ediciones-Taller de Estudios Laborales, 2005, pág. 203.

⁷ Guillermo Valdez Gutiérrez: “Desafíos de la sociedad *Más allá del capital*”, *Revista cubana de filosofía*. Edición digital Nº 7, septiembre-diciembre 2006, <http://www.filosofiacuba.org>.

gerais (separação que no passado facilitou diversas mistificações que contribuíram a bloquear o movimento operário tradicional e o levou a um beco sem saída do *reformismo*). Coloca-se na agenda histórica de “os de baixo” o imperativo inadiável de dar passos para o *controle de uma ordem social metabólica alternativa às contradições cada vez mais destrutivas do capital*, o qual envolve ir erguendo *as mediações políticas e materiais* que sejam necessárias em cada situação concreta⁸.

Experiência histórica e reorientação estratégica

O capitalismo se revela como um sistema cada vez mais injusto e predatório e isso começa a ser visto por amplos setores populares, especialmente na América Latina. Apesar disso, o poder do capitalismo, do “mercado mundial” e do sistema mundial de Estados historicamente conformados, continuam representando para uma esmagadora maioria, o horizonte insuperável da humanidade. E a esta aparência contribuem, sem dúvida, o miserável fracasso do chamado “campo socialista” e a experiência generalizada de que os governos e regimes decorrentes dos processos de libertação nacional e social posteriores à Segunda Guerra Mundial, revelaram ser, em quase todos os casos, novos aparelhos repressivos funcionais a mundialização do capital. As consequências são dramáticas e são sentidas no mundo todo. Um coletivo de revolucionários europeus formulou um diagnóstico que compartilho plenamente: “Hoje, a concepção da emancipação social como horizonte do compromisso político, retrocedeu dramaticamente no meio em que nasceu e que foi mantida por muito

tempo, ou seja, no movimento operário. Subjaz ao compromisso de muitos dos participantes dos Fóruns Sociais Mundiais originários de países nos quais os camponeses e os oprimidos têm se organizado em sindicatos operários ou junto a eles. Mas as aspirações de se aferrar à emancipação social como horizonte foram marginalizadas e frustradas. Prevaleceu a linguagem do ‘realismo’, ou seja, da adaptação ao capitalismo. Nos países capitalistas imperialistas o objetivo da emancipação social continua a ser inscrito no programa político de algumas organizações, de alguns grupos políticos e de alguns coletivos pertencentes às correntes fundamentais do pensamento emancipador. Mas de maneira *formal e oca*. E o fato é que nem a emancipação social nem o comunismo como objetivo último do compromisso podem ser mumificados, ou açambarcados por ‘vanguardas’ auto-proclamadas. *É necessário mantê-los vivos e alimentá-los continuamente, em um processo interativo com as expressões da auto-atividade dos explorados, que não deixam de se renovar; auto-atividade que modifica as condições do combate e também mudam os seres humanos*”⁹.

No mundo todo é preciso recuperar criticamente as experiências e lições do século passado e meio de luta de classes, bem como compreender as novas formas de antagonismo de classe, para enfrentá-las de maneira flexível e criativa. E, em nosso continente, acredito que é urgente fazê-lo. Como parte desse esforço, devemos retomar o debate em torno às hipóteses estratégicas e os “órgãos de poder” no desenvolvimento da revolução, mas

⁸ István Mészáros: *El Siglo XXI ¿Socialismo o Barbarie?*, Buenos Aires, Herramienta ediciones, 2003, págs. 90/92.

⁹ François Chesnais, Alain Bihr, Charles-André Udry y otros, “Pensar el comunismo, el socialismo, hoy”, um documento para o debate publicado em *Cuadernos de Herramienta*, agosto 2006.

evitando que a referência a experiências anteriores seja apresentada como se tivéssemos que escolher entre “tipos” ou “modelos abstratos”: “greve geral insurrecional e soviética”, “guerra popular prolongada com zonas liberadas e Exército Popular”, “guevarismo e organização político-militar”, etcétera.

Para retomar seriamente a discussão sobre a revolução e sua “atualidade” devemos também integrar no debate as dificuldades decorrentes de uma situação marcada, sobretudo depois da derrota da revolução na Nicarágua e na América Central, pela brutal diferença militar entre as forças combatentes. Como muitos analistas assinalam: “Esta assimetria crescente, rapidamente se espalhou à escala mundial com as novas doutrinas estratégicas do Pentágono e a guerra ‘sem limites’ declarada ao ‘terrorismo’”¹⁰. E vale a pena insistir que também devemos cuidar com todas as suas consequências, do fato de que, como nunca antes, o movimento popular e revolucionário carece de perspectivas estratégicas e os graus de preparação-teórico-política-organizativa são ínfimos, o que representa um enorme obstáculo a superar (embora não faltem alguns que “decretam” a inutilidade de qualquer estratégia)... Assim, com este cenário e de novo: como abordar “a questão do poder?”.

“O poder popular”

Para evitar equívocos ou falsas discussões, me parece conveniente estabelecer, mesmo que um pouco esquematicamente, algumas considerações gerais: a) se as massas trabalhadoras não assumem conscientemente as tarefas da revolução

e a transformação da sociedade não poderá existir sequer um começo de transição para o socialismo; b) rejeição ao culto a todo Estado, não acho possível introduzir o socialismo “desde cima” e lembrar que foi o próprio Marx quem explicou que, entre os inúmeros “objetivos” perseguidos pelo socialismo, um lugar de destaque corresponde ao fim do Estado; c) isso não significa sugerir (como os anarquistas) a abolição imediata de toda forma estatal: não era possível na época de Marx e muito menos nestes dias em que os trabalhadores combatem no contexto da “mundialização” e as transnacionais “globalizadas”; d) acho que foi provado que “o poder dos operários armados”¹¹ não poderá prescindir de algum tipo de Estado para reorganizar a produção e transformar as relações econômicas e sociais, mas deve ser impedida a sua transformação em um novo Leviatã erigido sobre a sociedade como um poder separado e autônomo, reduzindo ao mínimo imprescindível o tamanho e as faculdades das suas instituições e funcionários, e mantendo-o subordinado aos trabalhadores e a constante transformação da sociedade, que em definitiva é a única coisa que poderá fazê-lo “forte” em um sentido genuíno revolucionário.

Dois esclarecimentos finais: discordo daqueles que insistem em proclamar “a toma do poder”, porque teórica e praticamente foi evidenciado que nem o “poder” nem o “Estado” podem ser tratados como uma coisa ou aparelho que nós poderíamos arrebatamos à burguesia e colocar a serviço da revolução. Também não concordo com a formulação de “*mudar o mundo sem tomar o poder*”, porque deixa de lado as

¹⁰ Daniel Bensaïd, “Sur le retour de la question politico-strategique”, conferencia no Seminário do “Projeto K” (organizado por algumas revistas marxistas europeias), Paris, 9 de agosto de 2006.

¹¹ Como escrevia o Lenin do *El Estado y la Revolución*.

mediações necessárias para vincular a idéia da revolução com as exigências de um combate efetivo contra *o capital e seu Estado* e, porque ignora a batalha por construir a força ou bloco social contra hegemônico com o poder de efetivamente mudar o mundo.

Acredito que as delimitações que acabo de levantar servem para salientar a importância do tema em discussão, e traz à tona uma perspectiva diferente: nem “toma do poder” nem renuncia a toda forma de poder; sim, nos preparar, teórica e politicamente, para ajudar a construir *poder popular*. É claro que não vamos fazer isso a partir do zero. Pessoalmente, sou tributário da rica tradição teórico-política do “conselhismo” no seu sentido mais amplo¹² e das inúmeras “lições” derivadas de uma extensa experiência latino-americana. Para lembrar apenas alguns exemplos: os “cordões industriais” no Chile, na Bolívia a Central Obrera Boliviana (COB) e suas milícias ou posteriormente a Confederación Sindical Única de Trabajadores Campesinos de Bolívia (CSUTCB) e seu controle territorial. E na Argentina, as “Plenárias das 62 Organizações” na época da resistência peronista, “as ocupações ou toma de fábricas” durante a década de 1960 e os desenvolvimentos que com a marca do “classismo” culminaram nas “Coordenadoras” de 1975... Mas precisamente porque valorizo tudo isso, sinto que insistir na ideia do “duplo poder”, como situação excepcional própria de uma crise revolucionária aberta e de muito curta duração pois desemboca no pleno restabelecimento do poder burguês ou a vitória político-

militar do “soviet”, tem utilidade limitada. Em função da situação, experiência e consciência atual do movimento operário, é muito pouco crível a perspectiva cultivada por pequenas organizações que privilegiam seu fortalecimento por encima de qualquer outra construção, supondo que chegado o momento a crise fará com que brotem organismos de tipo soviético prontos para que “a liderança revolucionária” os conduza no assalto ao poder. Além disso, mesmo admitindo que por alguma combinação imprevisível de circunstâncias se concretizara tão improvável hipótese, surge a pergunta: semelhante “poder”, teria realmente a capacidade de impulsionar a reconstrução radical da sociedade? Creio que a resposta deva ser negativa.

Ao invés, digo que devemos apostar e aportar, *a um projeto que articule utopia e realismo de um modo profundamente original: um realismo a longo prazo*, para ajudar-nos estrategicamente para liberar uma batalha de longo fôlego, até forçar uma mudança geral na correlação de forças que permita infligir derrotas decisivas ao capitalismo imperialista. E uma utopia “curta” que nos permita “sonhar com os olhos abertos” para lidar com as tarefas imediatas assumindo-as com espírito insubmisso e buscando em cada fissura ou rachadura do sistema, tal e como mencionado acima, *ir além do capital*¹³.

Isso significa, por exemplo, contribuir desde agora à tarefa de construir contra-

¹² Incluo nesta “tradição” tanto a experiência “soviética” teorizada por Lênin e Trotsky, como aos seus críticos “esquerdistas” – Luxemburgo, Korsch, Mattik... – e a original abordagem de Gramsci.

¹³ O parágrafo está inspirado no magnífico livro do filósofo Giuseppe Prestipino, e em algumas observações de Edgardo Logiudice sobre o mesmo (*Realismo e Utopia*, Roma, Editori Riuniti, 2002). No entanto, trata-se de uma “livre interpretação” da qual sou o único responsável.

poderes ou instancias de poder popular, organismos de caráter unitário capazes de impulsionar a nível local ou setorial práticas alternativas tendencialmente em ruptura com as mediações do mercado e do Estado, que se determinem a articular as diversas organizações com atuação em um mesmo território e busquem coordenar-se com outros semelhantes até desenvolver uma auto-organização nacional, eventualmente capaz de enfrentar a autoridade do Estado. Obviamente, se tratará de um complexo processo marcado por confrontos, progressos e derrotas cujo detalhe é impossível prever antecipadamente. A aposta reside em que a construção dessas expressões de poder popular (ou operário popular), que adquirirão com certeza formas organizativas e denominações diversas e cambiantes, permita assumir e dar relativa estabilidade a experiências que apontem a reapropriação comunitária das condições de existência e práxis social, a escala crescente, em um movimento que será também se afirmar como força social e política com poder que nasce da reapropriação e gestão democrática de diversos engrenagens da vida social (empreendimentos produtivos, cooperativas, gestão de determinados serviços públicos, experiências de controle e auto-gestão revolucionária, associações culturais, etc.).

Assim concebida a construção de poder popular poderá vincular, no mesmo processo: a) o esforço para reverter a atual desagregação e heterogeneidade da classe-que-vive-do-seu-trabalho, assumindo um combate social-político que ultrapassa todo “corporativismo”, b) o desenvolvimento de uma subjetividade revolucionária, e c) a construção de organizações populares autônomas capazes de obter reconhecimento e força. Esta força do

poder popular poderá assumir diversas formas e manifestações, mas em todos os casos deverá surgir da *criação de novos laços sociais entre os oprimidos e explorados*, para resistir juntos às pressões do capital e implementar comunicações alheias aos ditados do mercado e a lógica da valoração. Essa concepção de construção de poder popular também permite enlaçar o trabalho paciente que visa transformar uma desfavorável relação de forças entre as classes, com a audaciosa afirmação da atualidade da revolução e o que chamo de advir do socialismo: encontrar e afirmar no “movimento *real* que anula e supera o estado de coisas atual”¹⁴ elementos, bases e pontos de apoio para uma sociedade diferente. Dito de outra forma: “Dos pequenos, contínuos e diversos saltos que demos hoje em nossas lutas cotidianas e visões de sociedade, emergirá o salto cultural civilizatório que nós coloquemos nessa desejada perspectiva histórica que resgatará e dignificará o socialismo neste século”¹⁵.

A auto-organização, auto-determinação e auto-atividade: responsabilidade e papel da militância revolucionária.

Não é improdutivo voltar a sublinhar a crucial importância da *auto-atividade do proletariado*, em consonância com a premissa de que “*a emancipação dos trabalhadores será a obra dos próprios trabalhadores*, mas também em contraposição a todo e qualquer *espontaneísmo*. Porque a auto-atividade é o resultado sempre frágil e portanto

¹⁴ Lembremos a frase completa: “Nós chamamos comunismo ao movimento *real* que anula e supera o estado de coisas atual”. Carlos Marx y Federico Engels: *La ideología alemana*, Buenos Aires, Ediciones Pueblos Unidos, 1975, pág. 37.

¹⁵ Gilberto Valdez Gutiérrez, op. cit., p. 3.

reversível de uma luta na qual os trabalhadores não enfrentam apenas seus inimigos de classe, mas também consigo mesmos. A auto-atividade supõe formas de organização capazes de fazer frente a esses desafios, entre as quais as forças políticas organizadas têm um lugar efetivo. Já que os trabalhadores estão marcados pela dominação de classe que suportam e, conseqüentemente, pela tradução política organizada dessa dominação em suas próprias fileiras, mas também pela *interiorização* das relações de dominação. Nesse sentido, o desenvolvimento da auto-atividade “dos de baixo” supõe a ruptura, pelo menos parcial, dos comportamentos, atitudes, valores e idéias induzidas cotidianamente nos seus integrantes pelas diversas faces dessa dominação.

Há manifestações de auto-atividade nas resistências, por modestas que sejam, que os explorados opõem à dominação e à exploração do capital, dentro e fora do trabalho. Devemos compreender de que forma esta auto-atividade é permanentemente derrotada e estimulada pelas agressões do capital. Como exemplo, se vê como o fechamento de empresas e demissões em massa provocam reações de reapropriação de “os instrumentos de trabalho”; como as privatizações levam contraditoriamente ao surgimento de uma nova concepção de serviço público entre trabalhadores e usuários; como as condições impostas aos trabalhadores imigrantes e a suas famílias, bem como a repressão da qual são objeto provocam por baixo movimentos a favor dos direitos dos trabalhadores imigrantes e da compreensão recíproca das culturas; etcétera. Do exposto anteriormente, resulta que a auto-atividade, e ainda mais a auto-emancipação do proletariado devem ser entendidas como uma construção a longo prazo, em um

processo onde haverá avanços e recuos, o que imporá a entender e formular, chegado o caso, propostas precisas sobre as mediações (programáticas, organizativas e até mesmo institucionais) que devem fazer parte deste processo¹⁶.

* **ALDO CASAS** é Membro da organização Cimientos, integra o Conselho de redação da Revista Herramienta e a comissão diretiva da Associação Antônio Gramsci (filial Argentina da IGS). Antropólogo. Autor do livro *Después del estalinismo. Los estados burocráticos y la revolución socialista*. Ingresou no Partido Revolucionario de los Trabajadores em 1965 assumindo logo diversas responsabilidades no PRT-LA Verdad, o PST e o MAS, dentro e fora do país. Conflui com lutadores de diversas origens para a conformação de Cimientos no ano de 2002.

¹⁶ Tudo escrito neste ponto está diretamente inspirado pelo já mencionado documento “Pensar o comunismo, o socialismo, hoje”.